



**Estado de Alagoas**  
**Ministério Público Estadual**  
**Controladoria Interna**

Memorando nº 011/2019

Maceió/AL, 27 de março de 2.019.

**Ao Senhor Bruno Daniel de Lima**  
**Contador deste Ministério Público Estadual**

**Assunto:** Inventário do exercício de 2018

Senhor Contador,

1. Por meio do presente expediente, em atenção ao Memorando nº 30/DCF, datado de 28 de fevereiro de 2019, na qual solicita o Inventário Físico Anual dos Bens Móveis e Imóveis do exercício de 2018, referente as Unidades Gestoras do Ministério Público do Estado de Alagoas (030004) e do Fundo Especial do MP/AL – (030554) e dos bens existentes no Almojarifado desta Procuradoria-Geral de Justiça, em atendimento a Resolução Normativa n. 01/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, temos as seguintes considerações.
2. Inicialmente, destaco que houve a criação da Comissão de Inventário (Cimpal), por meio da Portaria DG n. 58/2018, publicada em 03/09/2018, com objetivo de realizar levantamento físico de todos os bens móveis, imóveis, intangíveis e de consumo do Ministério Público do Estado de Alagoas e do FEMPEAL, nos termos do art. 1º, § 2º, do Ato PGJ Nº 10/14. Dessa forma, a Cimpal estabeleceu um cronograma das suas atividades, sendo devidamente informado à Diretoria-Geral, por meio do Memorando nº 025/CI, datado de 06 de agosto de 2018. Vale destacar, os servidores incumbidos nesta tarefa, por meio da Cimpal, restringe-se a 03 (três) membros titulares e 1 (um) suplente, que não trabalharão em regime exclusivo, ou seja, terão que administrar o tempo entre o inventário e o trabalho regular vinculado as funções do seu cargo neste Ministério Público.
3. Em relação ao objeto do inventário, atualmente, conforme consulta ao Sistema Operacional de Patrimônio Interno deste Ministério Público (Draco), realizado no dia 26/03/2019, há 11.353 bens patrimoniais cadastrados, pertencentes ao MP/AL e o FEMPEAL, distribuídos entre a Capital e interior do Estado de Alagoas. Em relação aos imóveis próprios, o referido sistema, ainda, não traz essa informação.
4. Por todo o exposto, informamos que o inventário do exercício de 2018 ainda não foi concluído, principalmente, em virtude das datas estabelecidas no referido cronograma, que estimou a conclusão do inventário para setembro de 2019. Destacamos que, a partir da conclusão dos trabalhos da Cimpal, a realização de inventários anuais será mais eficiente e rápido, principalmente, para fins de prestação de contas anual desta instituição, como parte do rol de documentos a ser informado ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, nos termos definidos pela Resolução

*[Assinatura manuscrita]*

Normativa nº 001/2016, sendo também uma exigência da Lei Federal n. 4.320/1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços. Ainda, importante ressaltar que os trabalhos da Cimpal atenderão, também, as exigências do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), que, para entes públicos, será obrigatório a partir do exercício de 2.020.

Respeitosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'P23' followed by a stylized flourish, is written over a horizontal line.

**Patrik Rocha de Barros**  
**Presidente da Comissão de Inventário /**

Portaria DG n. 58/2018  
Matrícula 825970-4



PORTARIA SPGAI n° 781, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 2623/2018, RESOLVE conceder em favor do SD PM TATIANA RIBEIRO DO AMOR DIVINO, portador de CPF n° 063.904.444-19, 6 (seis) diárias, no valor unitário de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), de acordo com o Termo de Cooperação Técnica publicado no D.O.E. 5 de março de 2018 e com o Ato PGJ n° 1/2018 (D.O.E. 21 de março de 2018), perfazendo um total de R\$ 1.829,58 (um mil oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos), em face de ter de se deslocar à cidade de Salvador-BA no período de 10 a 14 de setembro do corrente ano, para participar do 7º Curso Básico de Inteligência Penitenciária – CBIPEN –, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2363.0000 – Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, Natureza de despesa: 339015 – Diária, pessoal militar.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE  
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI n° 782, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 2285/2018, RESOLVE conceder em favor da SD PM ELAINE DA SILVA SANTOS, portadora de CPF n° 061.075.304-52, 6 (seis) diárias, no valor unitário de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), de acordo com o Termo de Cooperação Técnica publicado no D.O.E. 5 de março de 2018 e com o Ato PGJ n° 1/2018 (D.O.E. 21 de março de 2018), perfazendo um total de R\$ 1.829,58 (um mil oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos), em face de ter de se deslocar à cidade de Salvador-BA no período de 10 a 14 de setembro do corrente ano, para participar do 7º Curso Básico de Inteligência Penitenciária – CBIPEN –, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2363.0000 – Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, Natureza de despesa: 339015 – Diária, pessoal militar.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE  
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

### Direção-Geral

PORTARIA DG N° 58/2018

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, e conforme dispõe o Ato PGJ n° 10/2014, de 30 julho de 2014, art. 1º, parágrafo 1º, resolve designar os servidores PATRIK ROCHA DE BARROS, matrícula n° 825970-4, MÁRIO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR, matrícula n° 825495-8 e ROSALVO FORTES FONTAN JÚNIOR, matrícula n° 19310-0, para, sob a presidência do primeiro, e o servidor JONATHAN DO NASCIMENTO MATOS, matrícula n° 825712-4 como suplente, a comporem a Comissão de Inventário do Ministério Público do Estado de Alagoas – CIMPAL –, com pelo período de 12 (doze) meses.

Maceió, 3 de Setembro de 2018.

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL  
Diretor-Geral

### Escola Superior do Ministério Público

PORTARIA ESMP/AL n° 69 DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ n° 03/12, resolve incluir no programa “Voluntariado do Ministério Público de Alagoas” a prestadora de serviço voluntário INGRID AMORIM NETO, estabelecendo sua lotação na 59ª Promotoria de Justiça da Capital, a partir de 06/09/2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Luiz Barbosa Carnaúba  
Procurador de Justiça  
Diretor da ESMP-AL

### Corregedoria-Geral do Ministério Público

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo SAJ/MP/Corregedoria n° 02.2018.00002665-0.

Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Natureza: Pedido de Informações.

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho integralmente a manifestação da d. Assessoria Técnica, a qual passa a integrar o presente despacho, adotando como razão de decidir e determinar determinando o arquivamento do feito. Publique-se. Intimem-se os Interessados. Após, arquite-se. Maceió, 14 de agosto de 2018.

Lean Antônio Ferreira de Araújo  
Corregedor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo SAJ/MP/Corregedoria n° 10.2018.00000617-4.

Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Natureza: Pedido de Informações.

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho integralmente a manifestação da d. Assessoria Técnica, a qual passa a integrar o presente despacho, adotando como razão de decidir e determinar determinando o arquivamento do feito. Publique-se. Intimem-se os Interessados. Após, arquite-se. Maceió, 15 de agosto de 2018.

Lean Antônio Ferreira de Araújo  
Corregedor-Geral

### Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ÁGUA BRANCA

Número MP: 09.2018.00000836-2

Portaria N° 13/2018/PJ-AB

Portaria de Instauração de Procedimento Administrativo

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS ESTADUAL, por meio da Promotoria de Justiça de ÁGUA BRANCA, com fundamento nas disposições do artigo 129 da Constituição Federal, bem como nas atribuições e prerrogativas conferidas pela Lei n° 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual n° 015/96, e com base nos termos dos arts. 196, 198, II da Constituição Federal que evidenciam a saúde como direito fundamental do cidadão, bem como dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, e com escopo na Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90).

CONSIDERANDO que o município, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, tem o dever de preencher e transmitir, bimestralmente, ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos – SIOPS, as respectivas informações atinentes ao orçamento público em saúde, incluída sua execução, nos termos da Portaria de Consolidação – PRC n° 01, do Ministério da Saúde; da Lei Complementar n° 141, de 13 de janeiro de 2012; e do Decreto n° 7.827, de 16 de outubro de 2012.

CONSIDERANDO que o prazo para declaração, homologação e transmissão dos dados é de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, observado o disposto no art. 456, da PRC n° 01, do Ministério da Saúde, e no art. 52, da Lei Complementar n° 101, de 2000.

CONSIDERANDO que a PRC n° 01, do Ministério da Saúde, a Lei Complementar n° 141/2012, e o Decreto-Lei n° 7.827/2012 preveem diversas sanções para caso de descumprimento às disposições das referidas normas, tais como: suspensão de transferências financeiras constitucionais; suspensão de transferências financeiras voluntárias federais; assim como responsabilização e sujeição dos gestores municipais do SUS às penalidades previstas no Código Penal, na Lei dos Crimes de responsabilidade (Lei n° 1.079/50), na “Lei dos Prefeitos” (Decreto-Lei n° 201/67), na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n° 8.429/92), sem prejuízo das demais previstas no ordenamento jurídico pátrio.





**Estado de Alagoas**  
**Ministério Público Estadual**  
**Controladoria Interna**

Memorando nº 025/2018

Maceió/AL, 06 de agosto de 2018.

**Ao Senhor Diretor-Geral**

**Assunto:** Instituição da Comissão de Inventário do Ministério Público - CIMPAL.

Senhor Diretor-Geral,

1. Por meio do presente expediente, a Comissão de Inventário do Ministério Público - Cimpal, instituída pela Portaria DG n. 28/2018 e publicada no Diário Oficial do Estado em 04/09/2018, apresenta, junto a este memorando, o Cronograma das Atividades da Comissão, que tem como objetivo efetuar o levantamento físico de todos os bens móveis, imóveis, intangíveis e de consumo do Ministério Público do Estado de Alagoas e do FEMPEAL, nos termos do art. 1º, § 2º, do Ato PGJ N° 10/14.
2. Quanto ao Cronograma citado, além de conter a previsão de execução do inventário, ressalta a importância dos equipamentos necessários ao início dos trabalhos da Comissão, que estão relacionados no item 6 do Cronograma.
3. Vale destacar que o inventário compõe o rol de documentos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, para fins de prestação de contas anual desta Instituição, nos termos definidos pela Resolução Normativa nº 001/2016, sendo também uma exigência da Lei Federal n. 4.320/1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços.
4. Por fim, ressalta as condições em que a Comissão executará o inventário, que envolve o número limitado de integrantes do Cimpal, composta apenas por 3 membros, que serão responsáveis pelo levantamento de mais de 11.000 itens, distribuídos em diversas localidades na capital e interior do Estado, ainda, vale destacar que os servidores incumbidos nesta tarefa não trabalharão em regime exclusivo, ou seja, terão que administrar o tempo entre o inventário e o trabalho regular vinculado as funções do seu cargo neste Ministério Público.

Respeitosamente,

**Patrik Rocha de Barros**  
**Presidente da Comissão de Inventário**  
**Portaria DG n. 28/18**  
**Matrícula 825970-4**

Recebido em 06/09/2018  
Cavalcini

Tendo em vista a Portaria DG N° 58/2018, que instituiu a Comissão de Inventário do Ministério Público do Estado de Alagoas – CIMPAL, nos termos do ATO PGJ N° 10/2014, elaboramos o seguinte cronograma de trabalho.

## 1. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO CIMPAL.

Elaborado por	Patrik Rocha de Barros / Presidente da CIMPAL
Cargo	Analista do Ministério Público: Área Auditoria
Lotação	Controladoria Interna

**2 – Legislação aplicável:** ATO PGJ N° 10/2014, que institui a Comissão de Inventário do Ministério Público do Estado de Alagoas, tendo em vista a necessidade da elaboração de inventários de bens no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme a legislação em vigor.

**3 - Objetivo:** efetuar o levantamento físico de todos os bens móveis, imóveis, intangíveis e de consumo do Ministério Público do Estado de Alagoas e do FEMPEAL, nos termos do art. 1º, § 2º, do Ato PGJ N° 10/14.

**4 - Objeto:** conforme consulta ao Sistema Draco, Sistema Operacional de Patrimônio Interno deste Ministério Público, realizado no dia 06/09/18, atualmente, há 11.058 bens patrimoniais cadastrados, pertencentes ao MP/AL e o FEMPEAL e distribuídos entre a Capital e interior do Estado de Alagoas. Em relação aos imóveis próprios, o referido sistema (Draco) não traz essa informação.

**5 – Campo de realização:** o levantamento físico de todos os bens serão realizadas nas dependências das diversas unidades do MP/AL, entre promotorias, salas administrativas, almoxarifados e outras localidades, distribuídos na Capital e Interior do Estado.

**6 – Equipamentos necessários:** Inicialmente, considerando a existência de Sistema Operacional de Patrimônio Interno – Draco, ferramenta que possibilita o gerenciamento dos bens patrimoniais deste Ministério Público, e tendo em vista que tal sistema tem a opção de realização de inventários por meio de aparelhos telefônicos, através de aplicativo, o que torna o trabalho mais ágil, entendemos como necessário o acesso a 2 (dois) aparelhos de telefone móvel e 01 (um) notebook.

**7 – Recursos necessários:** Vale destacar que, atualmente, o MP/AL está presente, fisicamente, em diversos municípios do Estado, por isso, haverá necessidade de deslocamentos, consequentemente, demanda de diárias aos servidores do CIMPAL.



**8. Cronograma previsto:** O projeto tem início com a instituição da CIMPAL, criada por meio de portaria em 04/09/18. Por essa razão, o mês de setembro de 2018 é considerado o **Mês 1** deste Cronograma. Tendo em vista a duração da Comissão, estimado em 12 (doze) meses, o término das atividades está previsto para setembro de 2019, sendo esse considerado o **Mês 12** deste Cronograma.

Etapa	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
Etapa 1	<b>x</b>											
Etapa 2	<b>x</b>											
Etapa 3	<b>x</b>	<b>x</b>										
Etapa 4		<b>x</b>										
Etapa 5		<b>x</b>	<b>x</b>									
Etapa 6			<b>x</b>									
Etapa 7			<b>x</b>	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>x</b>	<b>x</b>
Etapa 8												<b>x</b>

**Etapa 1:** Criação da Comissão de Inventário do Ministério Público do Estado de Alagoas - CIMPAL, por meio de Portaria DG n. 28/2018, publicada no Diário Oficial do Estado em 04/09/2018, nos termos do art. 1º, § 1º, do Ato PGJ Nº 10/14.

**Etapa 2:** Primeira reunião com a equipe do CIMPAL, para iniciar o planejamento dos trabalhos da Comissão.

**Etapa 3:** Elaborar o levantamento, por meio de relatório, da Situação Patrimonial Inicial de todos os bens móveis, imóveis, intangíveis e de consumo do Ministério Público do Estado de Alagoas e do FEMPEAL, nos termos do art. 2º, inciso III, do Ato PGJ Nº 10/14.

**Etapa 4:** Segunda reunião com a equipe do CIMPAL e previsão de entrega do Relatório Final da Situação Patrimonial Inicial, que possibilitará iniciar o Inventário.

**Etapa 5:** Realização de Inventários "Testes", utilizando o aplicativo móvel do Sistema Draco.

**Etapa 6:** Terceira reunião com a equipe do CIMPAL, tendo como objetivo concluir o planejamento e elaboração final do cronograma de realização do inventário.

**Etapa 7:** Execução do inventário, nos termos do art. 2º, inciso III, do Ato PGJ Nº 10/14.

**Etapa 8:** Apresentação do Relatório Final dos bens inventariados, nos termos do art. 2, inciso IV, do Ato PGJ Nº 10/14.

**9 – Dificuldades previstas:** - O principal ponto de preocupação da Comissão é em relação ao prazo para realização do inventário que, apesar do período de 12 (doze) meses para a sua conclusão, deve-se levar em consideração o número elevado de bens patrimoniais existentes (mais de 11.000), distribuídos em diversas localidades da capital e interior do estado, sem levar em conta as novas aquisições e movimentações dos bens durante os trabalhos da Comissão, ainda, o número

limitado da equipe do CIMPAL, que restringe-se a 03 (três) servidores, e, finalmente, a impossibilidade de executar o inventário em regime exclusivo, tendo que revesar com as funções regulares do cargo de cada servidor.

#### 10 - Finalização

Em 06/09/2018

Responsável pela elaboração

**Patrik Rocha de Barros**

**Presidente da Comissão de Inventário do Ministério Público do Estado de Alagoas – Cimpal  
( Portaria DG Nº 58/2018).**